

“Minha visita afasta as ciladas”

Estado — O senhor vem agora ao Brasil não para falar em nome de um país, mas sim no da comunidade europeia. Os brasileiros entendem mal como se pode falar em nome de um grupo de países e como isso pode ser eficiente. Poderia nos explicar o papel da Comunidade Económica Europeia na sua visita?

Cheysson — É uma questão realmente interessante. Existem setores em que a competência nacional foi realmente transferida à CEE, como o comércio exterior. Neste setor, os governos delegaram totalmente seus poderes. Existe um outro setor, particularmente interessante para o Brasil, em que há tal delegação: a política agrícola comum. É a Comissão da CEE que fixa os preços dos produtos que vocês podem comprar. Existem setores em que temos uma competência mais difusa: a política energética, a pesquisa e o desenvolvimento, a cooperação. Trata-se de uma atuação complementar e procuramos que tal atuação não seja contraditória. Nossa intervenção se realiza nos problemas em que os Estados, as empresas e as economias foram levados a ter uma coordenação para enfrentar dificuldades externas. Não temos o direito de falar em nome dos governos, mas podemos ter um papel essencial de coordenação. A Comissão da CEE tem um direito de iniciativa ilimitada. Mas temos de falar do Brasil em relação à CEE. Durante os anos de prosperidade ninguém sentia a necessidade de enfrentar os problemas de um modo coletivo. Os Países resolviam os problemas de modo bilateral. Mas as dificuldades apareceram ao nível internacional: temos o problema da dívida externa, a queda do dólar e altas taxas de juro. Torna-se importante falar desses problemas em conjunto. Algumas das ambigüezas do Brasil vêm de seu tamanho, tem dimensões militares. No mesmo modo que os ingleses, verificando que o mercado britânico era pequeno demais, procuraram resolver seus problemas aderindo à CEE. Agora, é desejável que o Brasil procure entender-se com a CEE.

Estado — O sr. poderia fazer um balanço da sua visita ao Brasil como comissário da CEE?

Cheysson — Minha visita permitiu esclarecer os problemas, modificando a trajetória dos holofotes. Estamos vendo agora os meios de resolvê-los. Minha visita afasta as ciladas, permite não escorar sobre as pedras. Tomamos um exemplo muito preciso: existem problemas com as indústrias de ponta, relativos à unificação das especificações técnicas. Perdemos muito tempo na Europa para resolver esses problemas: a TV com duas tecnologias diferentes é um exemplo concreto. Podemos ajudar vocês. Um exemplo: vocês se recusaria ser condenados às especificações IBM. São ciladas que se devem evitar. Falei disso talvez com excessiva indiscrição. Mas me parecia chocante não me exprimir claramente. Gostaria de perguntar se vocês avaliaram claramente as consequências da sua legislação. É preciso evitar políticas passionais. Minha visita não resolveu os problemas, mas jogou uma nova iluminação sobre eles.

Estado — O senhor considera que sua visita teve influência sobre o Brasil para apressar a integração latino-americana?

Cheysson — Afaste a palavra influência. Mas reconheço que os meus

contactos com o governo brasileiro e com os empresários permitiram-lhes analisar melhor os problemas. A integração da CEE é realmente excepcional. Não aconselharia, todavia, simplesmente uma imitação na América Latina. Tenho medo da sua expressão Mercado Comum. A CEE começou por uma união aduaneira.

No caso latino-americano, as políticas aduaneiras são muito diferentes. O Brasil tem uma política bastante protecionista e talvez essa não seja a política de seus vizinhos. Se vocês tentam um mercado comum, correm o risco de grande malogro. Mas em outros setores existem grandes possibilidades de integração, por exemplo no da siderurgia, do transporte, das telecomunicações.

Estado — O sr. considera que o Brasil pode ser uma plataforma para a CEE na América Latina?



Reginaldo Manente

Cheysson sugere crescimento

Cheysson — Considero que é uma excelente plataforma. O Brasil é um grande país, estável e muito bem colocado geograficamente. O Brasil é acolhedor para o capital estrangeiro e seria bom que tal plataforma ficasse aberta.

Estado — Nas suas andanças pelo Brasil, o sr. deve ter ouvido muitas queixas contra o protecionismo da CEE e em particular no plano agrícola. Como o sr. reagiu?

Cheysson — Encontrei pessoas sérias que sabem que tais acusações são falsas. Em 1985, a Europa comprou do Brasil quatro vezes mais que o Brasil comprou dela. Ouvi queixas acerca do aço e existem dificuldades. A Espanha comprou muito aço brasileiro que se transformou em aço europeu. Mas é preciso conhecer o drama da reestruturação da siderurgia

européia. Tivemos de aceitar 40% de perda de emprego. No setor agrícola não ouvi queixas. De fato, o Brasil se aproveitou plenamente de nossa política agrícola, no que ela tem de errado e de indecente. Nós vendemos carne a qualquer preço. É chocante, escandaloso.

Estado — O sr. não acha escandalosa a situação de um país como o Brasil, que se tornou exportador de capitais? O sr. acha que o Clube de Paris deveria se preocupar com essa situação?

Cheysson — Não gosto da palavra escandaloso quando se trata dos fluxos financeiros, pois isso é o resultado de contratos que seu país assinou. Prefiro reconhecer que essa situação não é suportável. Não é possível que todo o superávit comercial seja destinado ao Exterior. A ideia central é de chegar a um acordo FMI /Clube de Paris. Reconheço que os processos do FMI não são bem adaptados ao caso do Brasil. Seu país tem um potencial não utilizado, os investimentos estrangeiros implantados no Brasil são numerosos e os investidores estão felizes com o Brasil. Certo, vocês vivem numa economia fechada, situação que o FMI pode não aceitar para países em que tal atitude seria considerada como um suicídio. Mas o Brasil pode seguir tal política. No entanto, tenho dificuldades em imaginar que vocês poderão chegar a um acordo com o FMI. Estou convencido de que declarações espetaculares não ajudam em nada. Nenhum brasileiro responsável que tive a oportunidade de encontrar me falou de moratória. Todos reconhecem que é necessário negociar e ninguém quer cortar as relações com os organismos internacionais. Espero que esse capital positivo não seja destruído por declarações de políticos exageradamente quadrados.

Estado — Ouvi o sr. Jacques d' Larosière, na reunião anual do FMI dizer, que considera que o artigo dos Estatutos do organismo que dirige poderiam ser suficientes. Apena acrescentou que cabe aos credores dizer se isso é suficiente ou não. (que o sr. acha dessa declaração? O sr. poderia apoiar essa declaração no Clube de Paris?

Cheysson — Estou feliz que você tenha citado meu amigo de Larosière. Eu não teria tido tal audácia. Não temos competência para atuar sobre o Clube de Paris. Mas mantenho contactos constantes com os ministros e os altos funcionários. Sem dúvida, aproveitarei esses contactos para melhor explicar a situação do Brasil.

Estado — Após sua visita ao Brasil, o sr. poderia me dizer se tem maior consciência da gravidade e da urgência para resolver as dificuldades que o País está enfrentando?

Cheysson — Antes de vir ao Brasil, já tinha plena consciência da gravidade dos problemas do Brasil. Mas agora tenho maior consciência. Depois da vitória estrondosa do partido majoritário nas eleições posso entender algumas reações. Mas temo que uma visão simplista dos problemas econômicos não facilite a tarefa do governo. Seria necessário manipular com maior discrição essa questão delicada. Você们 necessitam crescer, nós precisamos do seu crescimento. Declarações espetaculares não facilitam as soluções. Posso testemunhar sobre a qualidade dos seus dirigentes e a unanimidade que encontrei entre os investidores estrangeiros no Brasil quanto à seriedade deste País.